



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**MARIA GORETTI SANTOS DE SOUSA**

**UMA ABORDAGEM DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
(PNAE) NA ESCOLA ESTADUAL LICEU PARAIBANO**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2014**

**MARIA GORETTI SANTOS DE SOUSA**

**UMA ABORDAGEM DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
(PNAE) NA ESCOLA ESTADUAL LICEU PARAIBANO**

Monografia apresentada no Curso de Especialização, Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nerize Laurentino Ramos**

**JOÃO PESSOA - PB  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725a Sousa, Maria Goretti de

Uma abordagem do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) na escola estadual liceu paraibano [manuscrito]: / Maria Goretti Santos de Souza. – 2014.

48 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

“Orientação: Profa Nerize Laurentino Ramos,  
Departamento de UEPB”.

1. Educação. 2. Agricultura familiar. 3. PNAE I. Título.

21. ed. CDD370. 1

MARIA GORETTI SANTOS DE SOUSA

**UMA ABORDAGEM DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
(PNAE) NA ESCOLA ESTADUAL LICEU PARAIBANO**

Monografia apresentada no Curso de Especialização, Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19/07/2014.

Banca Examinadora

*Nerize Laurentino Ramos*

Profª Drª Nerize Laurentino Ramos  
Orientadora (UEPB)

*Valdecy*

Profª Drª Valdecy Margarida da Silva  
Examinadora (UEPB)

*Ana Lúcia Maria de Souza Neves*

Profª Drª Ana Lúcia Maria de Souza Neves  
Examinadora (UEPB)

**Ao Deus - todo poderoso - que me concedeu o dom da vida e a graça de mais esta conquista;**

**Ao meu marido e meus filhos que suportaram minhas ausências para que eu pudesse concretizar mais este sonho.**

**A eles dedico.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha querida orientadora, Nerize, por seu carinho e paciência em corrigir meus erros;

Aos meus amigos de curso que fizeram desta jornada menos árdua e mais prazerosa, enchendo de graça nossas tardes;

À minha família, meus pais (in memoriam), especialmente minha irmã que passou por momento tão delicado em sua saúde, mas venceu, vencemos;

Aos meus professores da especialização, à coordenação do Curso e ao Governo do Estado por proporcionar aos seus servidores uma especialização de tão alta qualidade;

Por fim agradeço aos meus colegas de trabalho por terem me dado cobertura em minhas “fugas” para concluir a redação desta monografia e efetuar a pesquisa de campo; e a minha amiga Rosimere por ter corrigido a redação final deste trabalho.

Digo sem medo, sem o apoio de vocês nada disso seria possível, obrigada.

## RESUMO

O presente trabalho aborda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na Escola Liceu Paraibano, no município de João Pessoa, Paraíba. Partimos de uma pesquisa de campo realizada com alunos, gestores e fornecedores da merenda escolar, na Escola Liceu Paraibano, localizada no município de João Pessoa (PB). Nosso objetivo foi averiguar a qualidade, consumo, distribuição e conhecimento dos escolares acerca do PNAE. O estudo contou com um questionário, com dez perguntas. Partindo dos postulados teóricos de estudiosos como Belik (2007), Belik; Chaim (2009); e dados secundários da Controladoria Geral da União, bem como as informações publicadas nos sites oficiais da União e do estado da Paraíba, no que concerne à criação política e implementação do PNAE na Escola Estadual Liceu Paraibano. Utilizamos a abordagem mista, portanto, quantitativa e qualitativa. Buscamos construir uma reflexão do Programa levando em consideração a localização e contexto no qual o mesmo está situado: João Pessoa (PB). Os dados revelam que a maior parte dos entrevistados é do sexo masculino; que parte significativa consome a merenda escolar; ainda, que haja certa resistência em assumir seu consumo (associado à falta do alimento em casa); os dados revelaram, ainda, que a totalidade dos participantes não sabia ou nunca tinham ouvido falar do Programa. Ao concluir esta pesquisa, reafirmamos que mesmo as formas de gestão e distribuição do programa sendo de certa forma, deficientes, o programa tem funcionando e conseguido chegar à mesa dos escolares com qualidade.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE); Liceu Paraibano; Agricultura Familiar.

## ABSTRACT

This paper approaches the National School Feeding Programme (PNAE), the School High School Paraíba, in João Pessoa, Paraíba. We start from a field survey conducted with students, managers and suppliers school meals in School Lyceum of Paraíba, located in the city of João Pessoa (PB). Our objective was to determine the quality, consumption, distribution and knowledge of students about of the PNAE. The study included a questionnaire with ten questions. Starting from the theoretical postulates of scholars such as Belik (2007), Belik; Chaim (2009); Silva (2010) and secondary data from the Comptroller General, and the information published on the official websites of the Union and the state of Paraíba, in regard to policy creation and implementation of PNAE in the State School Liceo of Paraíba. We use a mixed approach, therefore, quantitative and qualitative. We seek to build a reflection of the program taking into account the location / context in which it is situated: João Pessoa (PB). The data reveal that most of the respondents were male, which consumes a significant part of school meals, though, that there is some resistance to take on their consumption (associated with lack of food at home); data also revealed that all the participants did not know or had never heard of the program. By completing this survey, we reaffirm that even forms of management and distribution of the program being somewhat deficient, the program is working and managing to come to the table with school quality.

**Keywords:** National School Feeding Programme (PNAE); Lyceum of Paraíba; Family Farming.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01 (1)</b>	.....	<b>16</b>
<b>Quadro 02 (1)</b>	.....	<b>17</b>
<b>Quadro 03(1)</b>	.....	<b>19</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01 (4)</b>	Perfil dos Entrevistados em Relação ao Gênero .....	<b>34</b>
<b>Gráfico 02 (4)</b>	Perfil dos entrevistados em Relação a Faixa Etária curso.....	<b>35</b>
<b>Gráfico 03 (4)</b>	Perfil dos entrevistados em Relação à maturidade escolar.....	<b>35</b>
<b>Gráfico 04 (4)</b>	Perfil dos Entrevistados em Relação ao consumo da merenda escolar.....	<b>36</b>
<b>Gráfico 05 (4)</b>	Perfil dos Entrevistados em Relação à qualidade da merenda escolar.....	<b>37</b>
<b>Gráfico 06 (4)</b>	Perfil dos entrevistados em Relação à merenda da antiga escola.....	<b>38</b>
<b>Gráfico 07 (4)</b>	Perfil dos entrevistados em Relação aos alimentos provenientes do campo.....	<b>38</b>
<b>Gráfico 08 (4)</b>	Perfil dos entrevistados em relação à formação de novos hábitos alimentares.....	<b>39</b>
<b>Gráfico 09 (4)</b>	Opinião dos entrevistados em relação à saúde alimentar.....	<b>40</b>
<b>Gráfico 10 (4)</b>	Perfil do Entrevistado em Relação à procedência da merenda escolar.....	<b>40</b>
<b>Gráfico 11 (4)</b>	Perfil do Entrevistado em Relação ao seu conhecimento sobre o PNAE.....	<b>41</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>CAE</b>	Conselho de Alimentação Escolar.....	<b>15</b>
<b>CNA</b>	Comissão Nacional de Alimentação .....	<b>14</b>
<b>FAE</b>	Fundação de Assistência ao Estudante.....	<b>15</b>
<b>FAO</b>	Conferência Regional das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.....	<b>14</b>
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.....	<b>15</b>
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	<b>15</b>
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento e Agricultura.....	<b>18</b>
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos.....	<b>12</b>
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.....	<b>15</b>
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	<b>11</b>
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	<b>11</b>
<b>SEE</b>	Secretaria de Estado da Educação.....	<b>18</b>
<b>SEDAP</b>	Secretaria da Agropecuária e da Pesca.....	<b>18</b>
<b>CMDRS</b>	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	<b>18</b>
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	<b>18</b>

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>PNAE: origem, formação, definição e execução.</b>	<b>13</b>
1.2	A GESTÃO DO PNAE NA PARAÍBA E A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARAIBANA ATENDIMENTO DA DEMANDA ESCOLAR.....	15
1.2.1	Custo médio das refeições.....	18
1.2.3	Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.....	20
1.2.3.1	Esforço financeiro.....	21
1.2.3.2	Impulso ao desenvolvimento local.....	21
1.2.3.3	Investimento em alimentação de qualidade.....	21
1.2.3.4	Promoção de novas iniciativas.....	22
1.2.3.5	Envolvimento do conselho de alimentação escolar.....	22
1.3	UM POUCO SOBRE A ESCOLA LICEU PARAIBANO.....	23
1.3.1	Breve histórico.....	23
<b>2</b>	<b>A POLÍTICA DO PNE NO BRASIL E NA PARAÍBA.....</b>	<b>27</b>
2.1	DA RESPONSABILIDADE.....	27
2.2	DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS.....	27
2.3	DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	28
2.4	DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS.....	28
2.5	DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO.....	28
2.6	DO CARDÁPIO DO PROGRAMA.....	29
2.7	DA INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE....	29
2.8	DAS COMPETÊNCIAS DO CAE.....	30
2.9	DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E PARECER DO CAE.....	30
<b>3</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>32</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O Programa de Alimentação Escolar no Brasil (PNAE) existe há mais de sessenta anos, foi iniciado como uma tentativa de tornar a escola mais “atrativa”, inicialmente em caráter experimental. Somente em 1988 com a promulgação da Constituinte é que a alimentação escolar tornou-se um direito da criança em recebê-la e dever do Estado oferecê-la (BRASIL, 2006).

A princípio apenas os grandes empreendedores (redes de supermercados) poderiam fornecer a alimentação para as escolas e não havia uma variação do cardápio de acordo com suas particularidades regionais; em certos casos o alimento que chegava à determinada região sequer era conhecido por seus consumidores. Posteriormente, com a criação da lei 11.947 de 16 de junho de 2009, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% do valor destinado à alimentação escolar no Brasil, devam ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar local, este tipo de problema foi amenizado.

Com o aprimoramento do programa e a implantação de uma política que assegura a alimentação escolar, as escolas passaram (ou deveriam passar) a comprar alimentos diretamente das famílias integrantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – *PRONAF* – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O Programa foi criado como suporte financeiro às atividades agropecuárias, ou não, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com a apresentação de projetos específicos. Destinado, portanto, a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural.

Com esta política de fortalecimento da agricultura familiar e abastecimento das escolas, o governo brasileiro buscou “resolver” três problemas que podem ser considerados como três “chagas sociais” que o assolam, desde sua formação enquanto país: a fome; o analfabetismo; e a ausência de uma política agrária eficaz que beneficie e mantenha o homem

do campo no campo com dignidade e igualdade de oportunidades atenuando assim, o êxodo rural. Para tanto, passou a investir na formação de um mercado institucional para a agricultura familiar, avalizando o escoamento e a comercialização da produção das famílias pertencentes aos programas de abastecimento como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE, redistribuindo o percentual mínimo de 30% da produção destas famílias para a segurança alimentar nas escolas brasileiras.

O presente estudo tem como objetivo geral entender como o PNAE foi constituído ao longo desses sessenta anos - seus avanços e retrocessos; e, especificamente, como o mesmo tem funcionado na Escola Estadual Liceu Paraibano.

A busca do entendimento sobre o processo de constituição do PNAE desde sua formulação; a análise de como se dá o processo na Escola Estadual Liceu Paraibano; a compreensão do programa do ponto de vista dos escolares são os objetivos específicos desta pesquisa. É provável que, por sua grandeza, e tempo, não seja possível responder a todos os questionamentos que surgem no transcurso da pesquisa de campo, abrindo, portanto, novas possibilidades para novos estudos sobre o tema em questão.

A alimentação, seja escolar ou doméstica, é de suma importância para o aprendizado, quer seja de crianças, adolescentes ou adultos. A qualidade e procedência dos alimentos servidos à mesa e principalmente nas escolas são de interesse comum da família, do alunado, dos gestores escolares e da sociedade em geral.

A exigência deste padrão de qualidade tem feito com que gestores públicos e escolares se desdobrem na busca da refeição, considerada adequada do ponto de vista nutricional, para atender os valores nutricionais, o gosto do público estudantil e ainda atenda a exigência de custo do mercado, 0,31\$ per capita. É importante salientar que o PNAE tem aprimorado ao longo dos seus sessenta anos de criação o equilíbrio apropriado entre o paladar, à necessidade nutricional e o baixo custo dos alimentos.

Nosso estudo parte do recorte da execução do Programa, na Escola Estadual Liceu Paraibano, para tanto, foi realizada pesquisa de campo considerando os aspectos da distribuição e qualidade da merenda escolar na perspectiva do aluno, gestor escolar e distribuidor.

Esta pesquisa pretende abrir caminhos para novos estudos sobre o tema: “alimentação escolar”, ao realizar uma abordagem no tocante à visão dos próprios escolares, gestores e distribuidores da alimentação escolar; da execução do programa na escola pesquisada, bem como a influência de uma alimentação escolar de qualidade no processo de ensino aprendizagem.

Entender como funciona o PNAE, sua origem e formação ao longo desses sessenta anos também será de grande importância para a visão deste estudo, que busca a compreensão da importância do mesmo, também em assuntos relacionados ao combate a fome, mesmo não sendo o objetivo principal desta pesquisa.

A pesquisa foi realizada na escola estadual Liceu Paraibano e considerou os aspectos particulares de execução do PNAE. O público alvo da pesquisa foram os alunos do Ensino Médio, regularmente matriculados. O estudo em questão foi realizado por amostragem, participaram da mesma, 22 alunos, com idade entre 16 e 18 anos, sendo os respondentes 13 meninos e 09 meninas.

Os dados também revelaram que a maior parte dos participantes consome a merenda escolar, embora ainda haja certa resistência em assumir seu consumo por vezes associado à falta do alimento em casa. Os dados revelaram ainda que a totalidade dos informantes não sabia ou nunca tinham ouvido falar do PNAE. Outras informações relevantes foram descobertas ou confirmadas ao longo da mesma pesquisa.

## CAPÍTULO I

1.

### **PNAE: origem, formação, definição e execução.**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) completará 60 anos de sua existência. Ao longo destas seis décadas, o PNAE esteve presente em quase todos os municípios brasileiros, solidificando sua abrangência nos últimos dez anos, sendo considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil.

Faz-se necessário ressaltar que a alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes, tratando assim, mesmo que de forma coadjuvante ou paliativa, o problema da insegurança alimentar. Dessa forma, o PNAE pode ser considerado um importante programa de garantia à segurança alimentar no Brasil (BELIK, 2007).

A definição clássica do conceito de Segurança Alimentar deriva das resoluções tomadas na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), em Roma, no ano de 1996, a saber:

A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida saudável e ativa (FAO, 1996, p. 26).

Em 1954, o PNAE foi criado objetivando a redução da deficiência nutricional de crianças carentes oriundas da escola pública, que em grande parte não possuía o acesso a alimentos nutritivos. A princípio o programa foi criado sob a nomenclatura Programa Nacional da Merenda Escolar, também fora criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), sendo vinculada ao setor de saúde Pública do Ministério da Saúde.

Inicialmente, o Programa tinha uma ação focalizada, mas, foi ganhando abrangência nacional e, em 1988, a alimentação escolar passou a ser um direito Constitucional. Segundo o Artigo 208 da Constituição Federal: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, a partir de programas suplementares, material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Lei n. 8913).

Contudo, este repasse ficou condicionado à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada estado e município do País, que deveriam fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar e também acompanhar a elaboração dos cardápios (atividade que passou a ser de responsabilidade dos estados e municípios).

A partir de 1997, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi substituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desde então, responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local nesse mercado institucional. E a criação dos CAE, por sua vez, possibilitou aos membros da comunidade escolar uma maior proximidade em relação à gestão do PNAE. (BELIK; CHAIM, 2009).

O CAE, a partir de 2000, passou a ser constituído por sete membros: um representante do Poder Executivo, um do Legislativo, dois representantes de professores, dois de pais de alunos e um representante da sociedade civil. O Conselho é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, sendo que, entre suas funções, estão: acompanhar a aplicação dos recursos federais, zelar pela qualidade dos produtos adquiridos.

Atualmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, o que se revela em termos de número de beneficiários e municípios atendidos (BELIK, 2009).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), os números do PNAE alcançaram cerca de 36,4 milhões de beneficiários em 2005, ou seja, quase 20% da população brasileira (considerando a estimativa do IBGE para o mesmo ano). Cerca de 70% da população da faixa etária correspondente - de 0 a 14 anos cuja adesão, segundo dados do (PNAD) de 2004 seria de 97,3% para creches, 92,3% para pré-escola e 83,8% para o ensino fundamental.

Em sua fundação (1955) o PNAE atendia um total de 137 municípios, fornecendo refeições para 85 mil crianças. Passados 60 anos, o Programa cobre, praticamente, todos os municípios do País e atendeu em 2005, como já ressaltado, 36,4 milhões de crianças e adolescentes da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública de ensino (PNAD, 2005).

Em 2009, o PNAE passou a atender também, obrigatoriamente, o ensino médio configurando-se como um dos maiores programas de atendimento universal na área de educação de todo o mundo.

## **1.2. A GESTÃO DO PNAE NA PARAÍBA E A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARAIBANA ATENDIMENTO DA DEMANDA ESCOLAR.**

O governo do estado da Paraíba lançou em seu site oficial no dia 29 de março de 2012, nota onde o então gerente operacional de Assistência ao Estudante no Estado, Ângelo Rofran de Vasconcelos afirmava que a Agricultura Familiar da Paraíba tem alcançado produção suficiente para atender a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Estado. Segundo o mesmo, a produção oferecida no ano em questão, pelos agricultores familiares atingiria um volume de recursos de R\$ 26,2 milhões, ultrapassando em 13,9% a meta mínima de compra estipulada pelo Governo Federal – que é de 30%, o que daria R\$ 17,8 milhões.

Segundo a declaração do Secretário, entre as regiões administrativas que mais se destacam na Paraíba, são as de João Pessoa, com possibilidade na oferta de produtos da agricultura familiar no valor de R\$ 4,5 milhões e a de Sousa com R\$ 3,3 milhões. Afirmou, ainda, que o trabalho de mobilização da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e de



outros parceiros mostrou a importância do PNAE, foi fundamental para o crescimento do Programa.

Por sua vez, o secretário executivo da Agricultura Familiar (SAF-PB), Alexandre Araújo, enfatizou que o crescimento do programa representa avanços no fortalecimento da agricultura familiar no estado e se reflete na melhoria de vida dos alunos da rede básica de ensino, que têm garantidas, todos os dias, uma alimentação de qualidade. “O levantamento da produção agropecuária vai ser feito de forma contínua, com atualização anual. A meta do Governo é superar os valores atuais”, disse.

O secretário da SAF-PB disse ainda, que a EMATER articula ações para que o excedente do PNAE seja direcionado a outros programas e dinâmicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra Direta Local com Doação Simultânea. A finalidade seria vender para outros órgãos institucionais e fortalecer as feiras da agricultura familiar existentes em vários pontos do Estado.

Para Geovanni Medeiros, presidente da EMATER - PB, os resultados são frutos da determinação do governador Ricardo Coutinho para que as escolas cumpram o que determina a lei 11.947. “No ano de 2010, apenas 117 agricultores familiares forneceram para o PNAE. Em 2011, elaboramos 695 projetos, beneficiando 903 famílias e registrando um aumento de quase 700%. Para 2012, a meta é atender toda a demanda das escolas, quando poderão ser beneficiados 2.319 agricultores familiares fornecedores para o PNAE”, afirmou.

UF	Repasse FNDE (total)	Aluno do	30% FNDE***	Agricultores familiares	Nº de DAPs	DAPs Jurídicas	Tipo de acesso ao PAA	Órgão oficial
PB	66.815.940,00	927.355	20.044.782,00	148.077	213.762	28	Leite/CDLA F/DS/F	EMATER/P B

Fonte: Ministério da Agricultura (2012).

\*\*\* Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

DS: Doação Simultânea

FE/DS/CD/Leite/CD/LAF

(1) 2011 com base no censo escolar de 2010

(2) Total de alunos em 2011 com base no censo escolar de 2010

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 08/08/2011.

(6) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

A Secretaria de Estado da Educação (SEE) e as secretarias municipais de Educação, como entidades executoras do PNAE, recebem o repasse do FNDE e se responsabilizam pela aquisição dos produtos. Este ano, a SEE e a EMATER (PB), as quais se encontram vinculadas à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap) mobilizaram os agricultores familiar fornecedores e fizeram um levantamento de alimentos possíveis de entrarem na lista do PNAE em articulação com 200 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Fortaleceram a parceria e trabalham de modo a aperfeiçoar a efetivação do programa. A EMATER (PB) selecionou mais de 120 produtos da agricultura familiar para compor o cardápio da alimentação escolar em todo Estado. O quadro abaixo faz referência apenas ao leite adquirido pelo PAA – João Pessoa, esse leite pode sim ser doado a escolas, creches e ONGs conveniadas com o governo do estado ou o governo municipal. Uma tentativa de escoar o produto que é produzido pela agricultura familiar e que, segundo os secretários Medeiros, Vasconcelos e Araújo têm dado certo, e aquecido à economia no campo e conseqüentemente na cidade.

<b>Cidade</b>	<b>Código do IBGE</b>	<b>Valor do repasse FNDE</b>	<b>Alunado</b>	<b>30% do repasse (FNDE)</b>	<b>Agricultores familiares</b>	<b>DAPS</b>	<b>Tipo de acesso ao PAA</b>
João Pessoa	2507507	4.803.960	58.145	1.441.188,00	93	211	PAA Leite/DS

Fonte: Ministério da Agricultura (2012).

As prefeituras inscritas em 2004 apresentaram, para cada refeição servida por dia por aluno, um custo médio de R\$0,30 (considerando apenas a compra de alimentos). Já para as prefeituras inscritas em 2005, o custo médio de cada refeição foi de R\$0,34 (considerando também apenas gasto com gêneros alimentícios), ou seja, a compra de produtos destinados ao consumo, ou ainda, as substâncias que servem para a alimentação do homem.

---

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar.  
 FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar.  
 CD: Compra Direta da Agricultura Familiar.  
 Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite.

### **1.2.1 Custo médio das refeições**

O custo de cada refeição depende diretamente do total de recursos gastos, do número de refeições servidas e do número de dias de atendimento. Vale notar que nenhum dos extremos, tanto o menor custo quanto o maior custo por refeição, podem ser considerados bons exemplos de gestão. No caso dos valores mínimos, porque sequer gastaram os R\$0,13 ou R\$0,15 (a partir de meados de 2004) a que tinham direito, dando indícios de uma gestão pouco eficiente. E, no segundo caso, o alto custo da merenda pode sugerir uma má administração que teria acarretado gastos excessivos. (BRASIL, 2014).

A escola campo, objeto desta pesquisa dispõe de um total de 2.234 alunos regularmente matriculados, isto significa que para seguir o padrão do quadro abaixo discriminado com a tabela de alimentos, a refeição sairia, aproximadamente, 0,35 centavos. Comparando estes números com números domésticos, qualquer dona de casa ficaria sem saber o que fazer para garantir refeições a este custo. As informações a seguir foram retiradas do projeto anual do PNAE/PAA – 2014, da Escola Liceu Paraibano.

Fornecedor	Produto	Unid.	Quant.	Preço/unit.	Valor total
<b>Família 1</b>	Coentro, hortaliças	Kg	315	2,20	693,00
			<b>VALOR AGRICULTOR</b>		<b>693,00</b>
<b>Família 2</b>	Ovo	Kg	23.410	0,20	46.82,00
	<b>Mamão</b>	<b>Kg</b>	<b>1680</b>	<b>0,90</b>	<b>1.512,00</b>
	Batata inglesa	Kg	550	2,40	1.320,00
	<b>Macaxeira</b>	<b>Kg</b>	<b>4300</b>	<b>2,60</b>	<b>11.180,00</b>
	Couve	Kg	100	1,80	180,00
	<b>Cenoura</b>	<b>Kg</b>	<b>550</b>	<b>1,40</b>	<b>770,00</b>
	<i>Pimentão verde</i>	Kg	178	2,00	356,00
			<b>VALOR AGRICULTOR</b>		<b>20.000,00</b>
<b>Família 3</b>	Tomate	<b>Kg</b>	2.950	1,40	4.130,00
	<b>Rapadura de cana</b>	<b>Kg</b>	<b>630</b>	<b>1,20</b>	<b>756,00</b>
	Batata doce	<b>Kg</b>	3.140	0,75	2.355,00
	<b>Acerola</b>	<b>Kg</b>	<b>1.670</b>	<b>1,05</b>	<b>1.753,00</b>
	Inhame	<b>Kg</b>	3.141	3,50	10.993,00
		<b>Kg</b>	<b>VALOR AGRICULTOR</b>		<b>19.988,00</b>
<b>Família 4</b>	Banana prata	<b>Kg</b>	2.155	0,90	1.939,50
	<b>Caju</b>	<b>Kg</b>	<b>1.800</b>	<b>1,45</b>	<b>2.610,00</b>
	Goiaba	<b>Kg</b>	1.800	1,45	2.610,00
	<b>Limão</b>	<b>Kg</b>	<b>850</b>	<b>1,15</b>	<b>977,50</b>
	Maracujá	<b>Kg</b>	2550	2,20	5.610,00
	<b>Feijão carioca/ mulatinho</b>	<b>Kg</b>	<b>450</b>	<b>2,80</b>	<b>1.260,00</b>
	Feijão macassar	Kg	1.300	2,50	3.250,00
	<b>Milho em pedaço</b>	<b>Kg</b>	<b>630</b>	<b>1,10</b>	<b>693,00</b>
	Cebola	Kg	600	1,45	870,00
			<b>VALOR AGRICULTOR</b>		<b>19.820,00</b>
			<b>TOTAL AGRICULTOR</b>		<b>60.501,00</b>
Cooperativa	Leite e seus derivados	Kg/L			19, 772,56
	<b>VALOR TOTAL DO PROJETO</b>				<b>80. 273,56</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

### **1.2.3. Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.**

Desde 2004, o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar busca dar visibilidade às prefeituras que realizam uma gestão criativa, inovadora e, sobretudo, eficiente do Programa Nacional de Alimentação. As cidades de Conde, São Francisco, Serra do Teixeira e Água Branca já participaram do prêmio, sendo esta última, a vencedora da etapa nacional.(BRASIL, 2011).

O Prêmio é uma iniciativa do Projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar, cujo objetivo é desenvolver ações para garantir que os recursos públicos destinados à alimentação escolar sejam efetivamente gastos em alimentação de qualidade, em quantidade e regularidade adequadas, para todos os alunos matriculados na Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos do sistema público de ensino. O Boletim de Desempenho é uma publicação que faz parte da metodologia do Prêmio, reunindo e socializando os dados informados pelas prefeituras no ato da inscrição.

As iniciativas destacadas nas duas edições do “Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar” evidenciam que, nessas prefeituras, a gestão do Programa de Alimentação Escolar não se restringe ao fornecimento de alimentação escolar, mas parte do princípio de que a sua gestão está inserida em uma rede de relações que envolvem atores de diferentes segmentos, seja da área educacional, do setor econômico ou da sociedade civil. Essas prefeituras revelam que, talvez, o principal desafio não seja apenas o financeiro, mas sim o estabelecimento de uma rede de apoio local que sustente e permita que o Programa seja gerido de forma eficiente.

Nos municípios em que foi possível estabelecer essa rede de apoio, foi possível também acoplar ao PNAE programas de desenvolvimento local, educação alimentar, cidadania e, mesmo, de resgate e revalorização cultural. Dessa forma, pode-se dizer que as prefeituras vencedoras apresentaram como característica essencial (o que as destacou das demais administrações) o envolvimento de diferentes setores da sociedade, de forma a gerar um efeito multiplicador do esforço do município na gestão do Programa.

Para Belik e Chaim (2009), alguns pontos importantes devem ser destacados, tais como:

✓ ***Esforço financeiro:*** preocupação em investir na alimentação escolar, o que significa não restringir a execução do Programa apenas ao uso do repasse do FNDE, mas sim complementar, para garantir a qualidade necessária tanto em gêneros alimentícios quanto em recursos humanos e em estrutura física. A complementação municipal destas iniciativas premiadas alcança, em média, mais de 100% do recurso federal, embora represente muito pouco em termos de orçamento municipal.

✓ ***Impulso ao desenvolvimento local:*** empenho em envolver os produtores, as associações e as cooperativas locais no mercado institucional de compra de alimentos para a merenda escolar. Este esforço se traduz em iniciativas criativas com o apoio de instituições de pesquisa, como os Institutos ou Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) dos estados, que possibilitam a organização, o aprimoramento da produção e a participação de concorrências para aquisição de alimentos para o fornecimento da alimentação escolar.

Algumas prefeituras optaram também por criar leis municipais de incentivo à associação de agricultores locais, outras dão assistência técnica para a produção e a comercialização e algumas também utilizam programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dentro desta proposta de inclusão da produção local, o cardápio da alimentação escolar acaba resgatando a cultura alimentar regional e também promovendo ganhos em termos nutricionais.

✓ ***Investimento em alimentação de qualidade:*** a qualidade nutricional também é um ponto forte na execução do Programa destas prefeituras vencedoras. Entre as atividades adotadas, investem na informação e na educação de alunos, de pais de alunos, de professores e merendeiros sobre alimentação saudável; a composição nutricional dos alimentos; e a importância em consumir frutas, legumes e verduras. Dessa forma, buscam incentivar a adoção de bons hábitos na comunidade escolar e, assim, promover a adesão das crianças a um cardápio balanceado.

Além disso, existe a preocupação em manter os merendeiros informados sobre doenças que são comuns a este tipo de trabalhador, como a obesidade, e reforçar as informações sobre questões de higiene na preparação da alimentação. Em muitas cidades, além da refeição principal, também é fornecido um café da manhã ou um reforço alimentar, principalmente em escolas de regiões mais carentes ou em escolas da zona rural.

Para avaliar a adequação do cardápio, os nutricionistas fazem o acompanhamento nutricional das crianças beneficiárias. Algumas prefeituras vão além, ao produzir cardápios específicos para crianças celíacas (intolerantes ao glúten) e diabéticas. E muitas estão adotando alimentos orgânicos na alimentação escolar, o que é uma posição de vanguarda. Outra iniciativa importante, adotada por algumas prefeituras, é a regulamentação do que pode ser comercializado nas cantinas escolares, procurando retirar destas cantinas doces, salgadinhos industrializados, refrigerantes e frituras.

✓ ***Promoção de novas iniciativas:*** Desenvolvimento de iniciativas criativas que têm um impacto positivo no funcionamento do sistema de alimentação escolar, tais como: criação de hortas escolares e municipais, com o aproveitamento deste espaço para cursos de educação alimentar e ambiental, além da utilização destes alimentos na alimentação escolar; o incentivo e a valorização dos merendeiros, com a realização de concursos para premiação dos profissionais que mais se destacaram a realização de concursos de receitas e a publicação das receitas premiadas, ou, ainda, pela criação do Dia da Merendeira; e a criação de padarias municipais, em que está prevista a participação de alunos e o desenvolvimento de aulas de culinária.

✓ ***Envolvimento do conselho de alimentação escolar:*** efetiva atuação do CAE. Em várias cidades muitas melhorias no sistema de alimentação escolar foram obtidas, graças à participação ativa do CAE, que conseguiu chamar a atenção para o problema e mobilizar pais de alunos, professores e, até mesmo, vereadores e a imprensa. É possível relatar casos de CAE que conseguiram evitar a terceirização da alimentação escolar e conseguiram fazer com que fosse contratado um nutricionista para executar o Programa, com evidente economia de recursos públicos. Existem Conselhos que acompanham mensalmente a prestação de contas do

Programa, CAE que estão sempre presentes para acompanhar, desde a licitação e a aquisição de alimentos, até a elaboração do cardápio e a aceitação da alimentação escolar pelos alunos.

### **1.3. UM POUCO SOBRE A ESCOLA LICEU PARAIBANO**

A escassez de dados bibliográficos a respeito de obras e construções no estado da Paraíba é algo de deixar qualquer pesquisador em polvorosa, muitas das vezes temos que contar apenas com relatos pessoais, entrevistas e apelar para o conhecimento popular na busca da construção do saber científico. Assim, se deu a narrativa a seguir sobre a fundação desta que é uma das escolas mais importantes da Paraíba, o Liceu Paraibano. O relato a seguir foi baseado na entrevista com a gestora escolar e funcionários mais antigos da escola, bem como o artigo de Pinheiro (2009), publicado no XXV Simpósio de História de Fortaleza – CE.

#### **1.3.1 Breve histórico**

Fundado em 24 de março de 1836<sup>1</sup>, o Lyceu Provincial da Parahyba, como foi denominado nos seus primeiros anos de existência, funcionou inicialmente, no primeiro andar do edifício da Assembleia Legislativa Provincial. Havia no seu quadro de disciplinas as “cadeiras” de Latim, Francês, Filosofia e Retórica. É importante lembrar que na cadeira de Retórica eram também ensinados conteúdos de Geografia, Cronologia e História, além da de Poética.

A definição dessas cadeiras seguiu os objetivos do curso de Humanidades que já existia na Parahyba do Norte desde 1831, segundo Menezes (1983)<sup>2</sup>. E que visava atender a juventude que vislumbrava se preparar para o ensino superior, isto é, principalmente, para a Academia Jurídica de Olinda ou para a Faculdade de Medicina da Bahia.

---

<sup>1</sup> Lei nº 11 de 24 de março de 1836. Cf. Pinheiro e Cury (2004).

<sup>2</sup> Decreto de 14 de junho de 1831 do Conselho Adjunto.



Assim, a estruturação do ensino secundário (ou médio) na Parahyba do Norte seguiu as mesmas diretrizes que caracterizaram todos os outros liceus e escolas secundárias criadas no Brasil do 1º Reinado ao período Regencial. Segundo Haidar (1972 p.14-16):

[...] o aparecimento de liceus provinciais a partir de 1835, e a criação do Colégio Pedro II na Corte, em 1837, representam, no campo do ensino público, os primeiros esforços no sentido de imprimir alguma organicidade a esse ramo do ensino. [...] Destinava-se precipuamente a preparar para o ingresso [de estudantes] nas Faculdades [...]. O ingresso nos cursos superiores era a meta visada por todos os jovens que buscavam os estudos secundários, e o estudo parcelado dos preparatórios exigidos para a matrícula nas Academias.

Um ano após sua fundação, em 1837, a Assembleia Legislativa realizou várias sessões onde foi discutida a preparação do primeiro Estatuto do Lyceu, o mesmo foi aprovado em 19 de abril do mesmo ano.

Para este fim reuni-se-hão na sala, que servir para os actos do Lycêo, a Congregação, e o alumnos matriculados. O professor, que tiver sido encarregado pela congregação, recitará, em voz clara, e intelligivel hum discurso, no qual attingirá as noçoens mais geraes, e abstractas das faculdades, e artes do Lycêo, mostando sua utilidade, e vantagens, concluindos por estimular os estudantes a se applicarem com empenho aos estudos, à que se propõem.

Depois de recitado o discurso, o Bedel em voz alta lerá os nomes dos matriculados nas diferentes aulas, começando pela matricula d'aula de Grammatica, depois da de Francez, Rethorica, Philosophia, e Geometria. Findo a leitura da matricula, os Professores com seus alumnos se dirigirão aos saloens das aulas respectivas, e passarão a primeira lição para o seguinte dia lectivo. 5.

Todo esse procedimento ritualístico, carregado de simbologia, em que o poder institucionalizado e organizado do *saber*, fazia as suas primeiras incursões, ao mesmo tempo levava os alunos a observar a relevância social de pertencerem a uma instituição secundarista.

4 Na 16ª Sessão ordinária em 1º de fevereiro de 1837 o relator da Comissão de Instrução Publica leu e mandou a mesa um parecer com emendas em forma de proposta reformando alguns artigos do Estatuto. Na 18ª Sessão ordinária de 4 de fevereiro de 1837, foi realizada uma 1ª discussão do referido documento. Na 20ª Sessão ordinária em 7 de fevereiro foi realizada uma 2ª discussão. Primeiro Estatuto do Lyceu Parahybano foi, finalmente, publicado em forma de Lei sob o nº 13 de 19 de abril de 1837. A lei e atas encontram-se nas Caixas 14-15 – FUNESC.

5 Capítulo 2º, artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 13 de 19 de abril de 1837. Documento encontra-se na Caixa 14-15 – FUNESC.

Iniciava-se, portanto, a invenção de uma nova tradição escolar, isto é, na perspectiva que ela se processa a partir de:

[...] um conjunto de prática, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais como práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.9)

Segundo a gestora escolar e relatos de funcionários mais antigos, a história do "Liceu Paraibano", se confunde com a história da Paraíba. No passado um colégio de humanidades onde padres-mestres concentravam os ensinamentos em latim e em filosofia. No ano de 1839 – três anos após a sua fundação – o Liceu Paraibano complementou as cadeiras criadas anteriormente. O Inglês passou a fazer parte da grade curricular. Mais tarde, as cadeiras de Gramática da Língua Nacional e do Comércio. Dez anos depois, com a sua primeira reforma, as disciplinas como Filosofia Racional, Álgebra, Aritmética, Francês, Geografia, História, Latim, Moral, Poética, Retórica e Trigonometria já haviam sido inseridas. Em 1850, Desenho.

Desde sua fundação, o Liceu sempre foi considerado como a matriz intelectual da Paraíba, se ainda hoje pode ser considerada uma *honra* ser aluno desta escola, antigamente era *status social*. Em 1983 José Rafael de Menezes, publicou a obra: *História do Liceu Paraibano*. O prédio atual, na Avenida Getúlio Vargas, Centro da Capital, foi inaugurado em 1937, pelo governador Argemiro de Figueiredo.

No Liceu surgiram líderes estudantis que se tornariam grandes homens públicos da Paraíba. O economista Celso Furtado, o presidente João Pessoa, o ambientalista Lauro Pires Xavier, a cantora Elba Ramalho e o poeta Augusto dos Anjos, podem ser considerados os mais notáveis nomes do Liceu Paraibano. Celso Furtado, criador e primeiro superintendente da SUDENE (Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste), professor nas *Universidades de Sorbonne em Paris, Cambridge na Inglaterra, Yale, American University e Columbia nos Estados Unidos*. Sua obra no campo da economia muito contribuiu e contribuirá

ainda para melhor entendermos a política socioeconômica na América Latina e no mundo. Tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras em 1997.

Em sua homenagem foi criado o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, não é à toa que para muitos ele é o paraibano do século. Furtado foi aluno no início da década de 30, mesma época em que frequentou os bancos do Liceu o jornalista Ascendino Leite, hoje com cerca de 100 anos.

## **CAPÍTULO II**

### **2. A POLÍTICA DO PNAE NO BRASIL E NA PARAÍBA**

As questões relacionadas à responsabilidade, distribuição, administração dos recursos financeiros, bem como a qualidade distribuição da merenda escolar, têm feito com que muitos gestores escolares acabem desistindo da função. A exigência é grande, para que não haja fraudes ou ao menos sejam minimizadas. As contas são administradas pelo conselho escolar e direção.

Os recursos são depositados em conta aberta, com o nome da escola, e o presidente do Conselho é quem responde diretamente pela conta; o que faz com que uma quantia considerável fique sob sua responsabilidade, em todos os sentidos, inclusive para recolhimento de receita, a qual não é devolvida para o gestor ou presidente do conselho, mas para o próprio Estado, causando prejuízo financeiro e comprometimento do orçamento doméstico dos envolvidos. Isto é algo muito pouco comentado, segundo a gestora escolar, a mesma comentou que há casos em que o presidente do Conselho chega a devolver cerca de 4 mil reais em tributos e sem ressarcimento da União ou do estado.

#### **2.1 Da Responsabilidade**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é o responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa.

As informações deste e dos próximos tópicos e subtópicos foram retiradas da cartilha sobre o PNAE distribuída através do site do FNDE, sendo uma publicação do Ministério da Educação (BRASIL, 2006).

#### **2.2. Dos Benefícios Financeiros**

O montante dos recursos financeiros repassados será, calculado com base no número de alunos devidamente matriculados no ensino pré-escolar e fundamental em escolas municipais e qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, utilizando-se para esse fim os dados oficiais de matrículas obtidos no censo escolar relativo ao ano anterior ao do atendimento.

### **2.3. Da Distribuição dos Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros da União são transferidos em dez parcelas mensais, para a cobertura de 20 dias letivos, às entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal ou em outra instituição financeira oficial, inclusive de caráter regional. Não há necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento.

### **2.4. Da Administração Dos Recursos**

As entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) têm autonomia para administrar o dinheiro repassado pela União e compete a elas a complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar, conforme estabelece a Constituição Federal.

### **2.5. Dos Critérios de Participação**

Todos os Estados, o Distrito Federal e municípios podem participar do programa, bastando, para isso, o cumprimento das seguintes exigências:

- Aplicação dos recursos exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios;
- Instituição de um Conselho de Alimentação Escolar (CAE), como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento;
- Prestação de contas dos recursos recebidos;

- Cumprimento das normas estabelecidas pelo FNDE na aplicação dos recursos

## **2.6. Do Cardápio do Programa**

A Entidade Executora não pode gastar os recursos do programa com qualquer tipo de gênero alimentício. Deverá adquirir os alimentos definidos nos cardápios do programa de alimentação escolar, que são de responsabilidade da Entidade Executora, elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semielaborados e aos in natura.

Caso o município não possua nutricionista capacitado, deverá solicitar ajuda ao Estado, que prestará assistência técnica aos municípios, em especial na área de pesquisa em alimentação e nutrição e na elaboração de cardápios.

## **2.7 Da Instituição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE**

Os estados, o Distrito federal e os Municípios, instituirão, por instrumento legal próprio, um conselho de alimentação escolar – CAE constituído por 07 membros assim distribuídos:

- 1 Representante do poder Executivo;
- 1 Representante do poder Legislativo;
- 2 Representantes dos professores;
- 2 Representantes de pais de alunos, indicados formalmente pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares;
- 1 Representante de outro segmento da sociedade civil, indicado formalmente pelo segmento representado;

Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria.

## **2.8. Das Competências do CAE:**

- Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
- Acompanhar e monitorar a aquisição dos produtos adquiridos para o PNAE, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, até o recebimento da refeição pelos escolares; receber e analisar a prestação de contas do Programa enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira com parecer conclusivo;
- Orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios em depósitos da Entidade Executora e/ou escolas;
- Comunicar à Entidade Executora a ocorrência de irregularidades em relação aos gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio, furtos, etc. para que sejam tomadas as devidas providências;
- Divulgar, em locais públicos, o montante dos recursos financeiros do PNAE transferidos à Entidade Executora;
- Noticiar qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE ao FNDE, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União;
- Acompanhar a elaboração dos cardápios, opinando sobre sua adequação à realidade local;
- Acompanhar a execução física e financeira do programa, zelando pela sua melhor aplicabilidade.

## **2.9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E PARECER DO CAE.**

O CAE – Conselho de Alimentação Escolar, após análise da prestação de contas e registro em ata, emitirá o parecer conclusivo da execução do PNAE e o encaminhará ao FNDE, até o dia 28 de fevereiro do mesmo ano, juntamente com o Demonstrativo Sintético

Anual da Execução Físico-financeira do PNAE, acompanhado do extrato bancário da conta única e específica.

Caso a Entidade Executora não apresente a prestação de contas ou nelas for encontrada alguma irregularidade grave, o CAE deverá comunicar o fato, mediante ofício, ao FNDE, que, no exercício da fiscalização e supervisão que lhe compete, adotará as medidas pertinentes, instaurando, caso necessário, a respectiva tomada de contas especial (BRASIL, 2006).

A prestação de contas é feita, mês a mês, ou seja, o recurso do mês subsequente só pode ser depositado com a prestação de contas do mês anterior; muitas das vezes as contas são rejeitadas por falhas nos cálculos das notas fiscais, ou porque o gestor acaba gastando um valor diferente do disponível para aquele determinado mês, que tanto pode ser para mais ou para menos. Segundo a gestora, qualquer erro na prestação de contas pode causar danos irreparáveis, tanto à imagem da escola, como interrupção do fornecimento da merenda escolar, processos criminais e administrativos para o gestor e presidente do conselho escolar, bem como prejudicar a imagem dos envolvidos, mesmo que inocentes.



### **Capítulo III**

#### **3. DA METODOLOGIA DA PESQUISA**

Com relação à metodologia o presente estudo utilizou uma abordagem qualitativa descritiva, uma vez que seu objetivo foi avaliar a implementação do PNAE na Escola Liceu Paraibano, bem como aferir sobre a qualidade e consumo da merenda escolar por parte de seus consumidores, os escolares, na referida escola.

##### **3.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica, na qual foram utilizados os postulados de Belik (2007), Belik e Chaim (2009), e dados da Controladoria Geral da União, bem como as informações publicadas nos sites oficiais da União e estado no que concerne a criação, política e implementação do PNAE na Escola Estadual Liceu Paraibano, dos quais foram retiradas partes importantes sobre o objeto de estudo em questão e, segundo os postulados destes autores, buscamos a compreensão quanto à natureza desta pesquisa, em particular, sobre seus resultados. A pesquisa em questão foi realizada no mês de dezembro de 2013.

O tipo de abordagem utilizada para a realização deste estudo foi à pesquisa mista, portanto, quantitativa e qualitativa. Buscou-se uma compreensão do fenômeno levando em consideração o contexto no qual o mesmo está inserido (SEVERINO, 2007, p. 117).

Em relação às técnicas da pesquisa foi utilizado um questionário de elaboração própria, constante de 10 (dez) perguntas, as quais denotavam sobre a qualidade, distribuição da merenda escolar, bem como o perfil de seus consumidores, os escolares, da Escola Estadual Liceu Paraibano.

Este estudo foi realizado na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, com alunos, gestores e fornecedores do programa de alimentação escolar (PNAE e PAA) que voluntariamente se disponibilizaram a participar.

O estudo realizado objetivou analisar a visão dos atores sociais envolvidos em relação à distribuição e qualidade da merenda escolar.

Para a realização do trabalho foram aplicados questionários, constante de 10 perguntas sobre a compreensão do processo de distribuição da merenda escolar, bem como de sua qualidade e execução do Programa na Escola Liceu Paraibano.

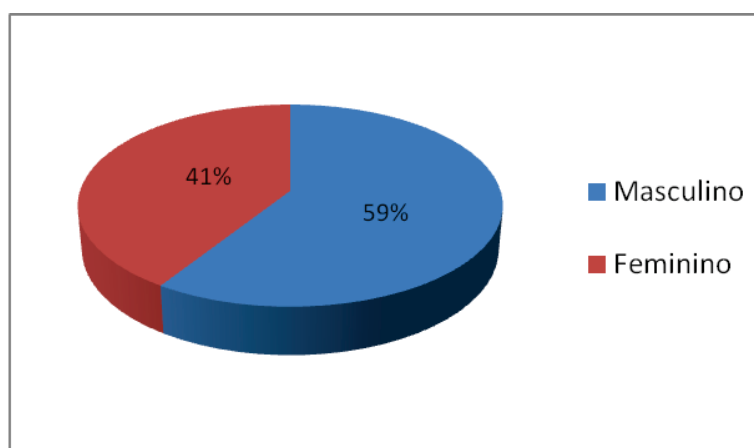
A pesquisa teve início com levantamento bibliográfico em torno da definição do problema, seguida de uma seleção dos sujeitos da pesquisa e visita “*in locu*” para observar a atual realidade dos participantes do estudo em questão e entrevistar os professores. Os questionários direcionados aos discentes foram respondidos de forma voluntária e os informantes não foram obrigados a se identificarem, indicando apenas idade e gênero. O questionário direcionado aos fornecedores trouxe perguntas objetivas e subjetivas.

Os dados foram tratados a partir do SPSS (*Statistical Package for the Social Science*), após a configuração e digitação de cada questionário na planilha eletrônica do software, com o objetivo de aplicar os testes estatísticos adequados. Usou-se, de início, a estatística descritiva, através das frequências relativas e absolutas, para descrever as características da amostra pesquisada.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a tabulação dos dados retirados dos questionários aplicados aos alunos da Escola Estadual Liceu Paraibano pôde-se destacar as características da amostra analisada. Os informantes foram escolhidos de modo aleatório e voluntário. A amostra contou com 22 entrevistados, dos quais 41% são do gênero feminino e 59% do gênero masculino, conforme apresentado no Gráfico seguinte:

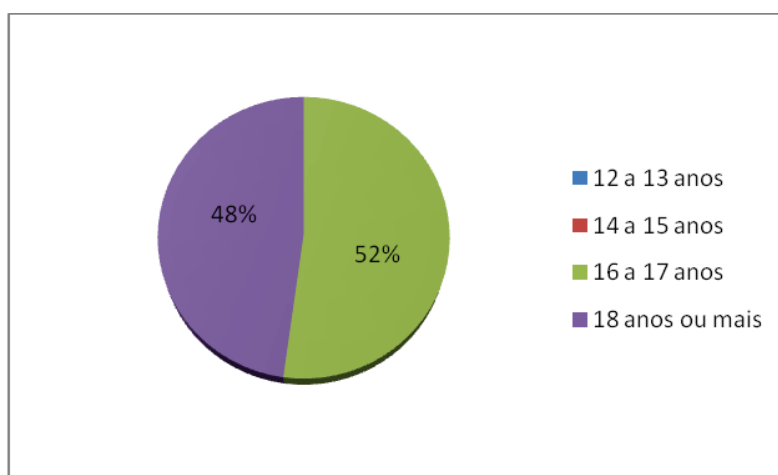
**Gráfico 01 – Perfil dos entrevistados em Relação ao Gênero.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Como definido no tópico referente ao procedimento metodológico deste estudo, essa variável (gênero) foi adotada em razão das diferenças notáveis que permeiam adolescentes do gênero masculino e feminino e suas respectivas preferências por determinados tipos de alimentos, bem como sobre o *acanhamento* de alguns em “entrar na fila” da merenda, considerada por muitos como um dos entraves para as refeições. Nesta, ficou evidente a maior participação dos informantes do gênero masculino, a diferença é de aproximadamente 20%.

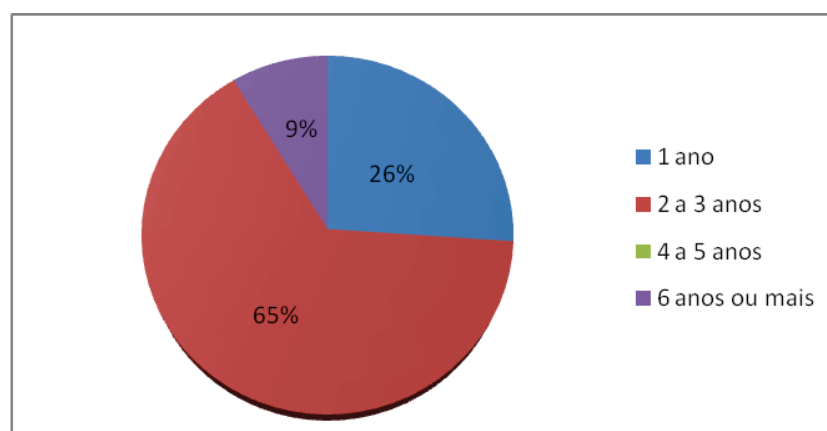
**Gráfico 2 - Perfil dos entrevistados em Relação a Faixa Etária.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Observando o Gráfico 02, verifica-se que a maioria dos alunos participantes da pesquisa afirmou ter entre 16 e 17 anos de idade, somando 52% do total de respondentes e 48% 18 anos ou mais. Não estão exatamente fora da faixa, mas o número de alunos acima de 18 anos participantes é no mínimo curioso, uma vez que o plano de alfabetização na idade certa implica diretamente na redução da idade com que o estudante conclui o ensino médio.

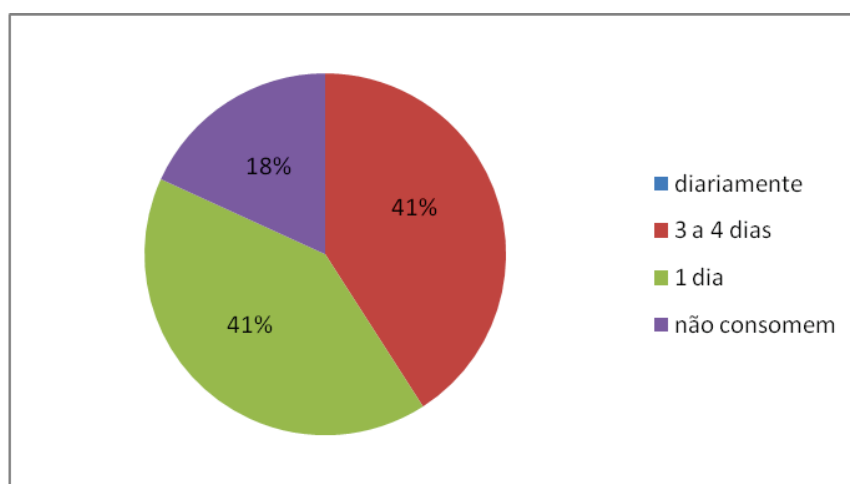
**Gráfico 3 - Perfil dos entrevistados em relação ao tempo que fazem parte do quadro discente da Escola.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

O gráfico 3 também trouxe outro dado curioso, a relação *idade x tempo de escola*, pelo menos 9% dos entrevistados estavam na escola há mais de 6 anos, ou seja, o dobro de tempo que levariam normalmente para concluir o ensino médio. É certo que este dado não deva ter relação direta com o consumo da merenda escolar, mas considera-se por bem destacar, uma vez que a política de fluxo e aprendizagem que é incentivada dentro da escola pelo próprio governo, faz com que este tipo de situação, seja cada vez menos comum. O fato é que em um universo de 22 entrevistados, 02 estão não somente fora da faixa, mas permanecem na escola pelo dobro de tempo necessário.

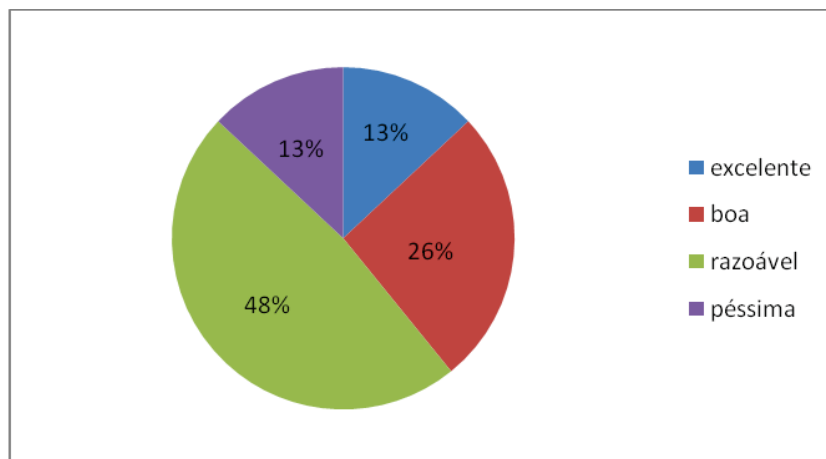
**Gráfico 4 - Perfil dos entrevistados em relação à quantidade de dias em que costumam consumir a merenda escolar.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

O Gráfico 4, indica que nenhum dos entrevistados tem consumido a merenda escolar diariamente, apenas 18% dos informantes alegaram não consumir a merenda em nenhum dia da semana. A relação entre o consumo de 3 a 4 vezes e ao menos um dia por semana, também é considerável, indicando que pelo menos 82% dos entrevistados tem consumido a merenda escolar. O que pode ser considerado muito bom do ponto de vista qualitativo, afinal, se a merenda não fosse de boa qualidade, certamente os números seriam outros.

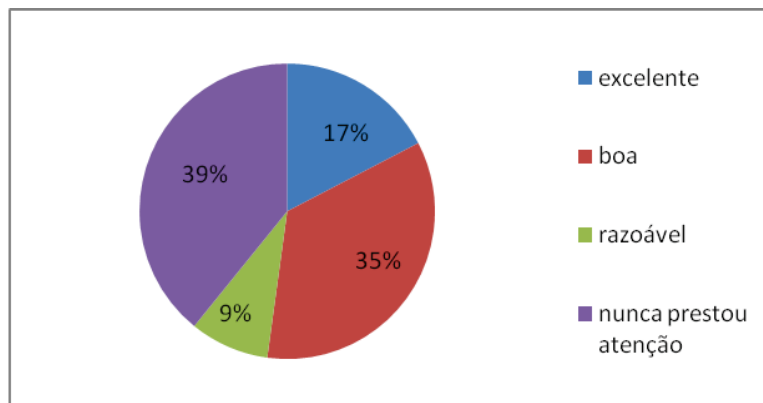
**Gráfico 5– Opinião dos entrevistados em relação à qualidade da merenda escolar.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Este gráfico mostra que 39% dos entrevistados afirmou que a merenda servida em sua escola pode ser considerada excelente ou boa contra 61% que a avaliam de razoável a péssima. Este item é contradito no G 5 – uma vez que mais de 50% dos entrevistados nunca prestaram atenção quanto à qualidade da merenda escolar. Caso a alimentação fosse de má qualidade, mal gerida, ou tivesse em algum momento seu fornecimento prejudicado, certamente os números seriam outros, contudo, a rejeição, ou melhor, a restrição foi grande se comparado ao fato de que mais da metade dos estudantes consideraram a merenda de sua antiga escola melhor do que a da escola atual.

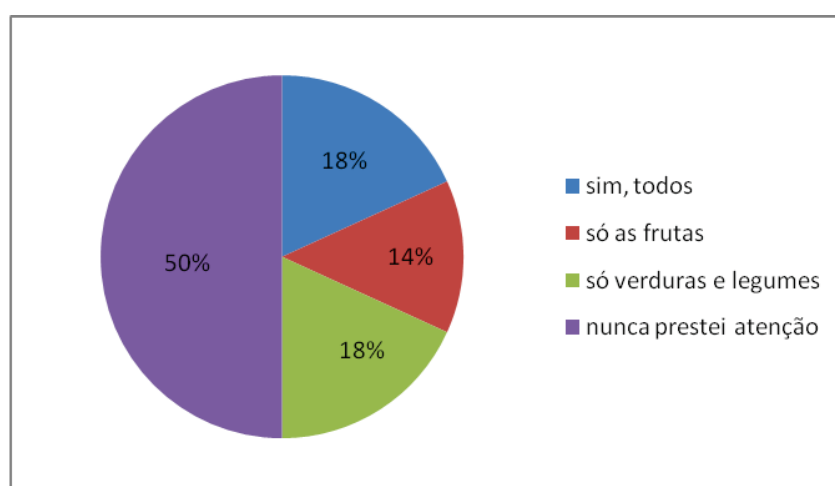
**Gráfico 6 – Opinião dos entrevistados em relação à merenda de sua antiga escola.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Este gráfico mostra que 61% dos informantes consumiam a merenda de sua antiga escola. Este quesito mostra também que 52% dos alunos consideram a merenda de sua antiga escola como excelente ou boa. Partindo desta análise, isso mostra que a qualidade da merenda escolar não tem relação com o fato de a escola Liceu Paraibano estar situada no centro da capital ou por ser de grande porte, a qualidade da merenda escolar, ao menos em João Pessoa, é uniforme.

**Gráfico 7 (4) – Opinião dos entrevistados em relação à qualidade das frutas, verduras, legumes e outros alimentos servidos.**

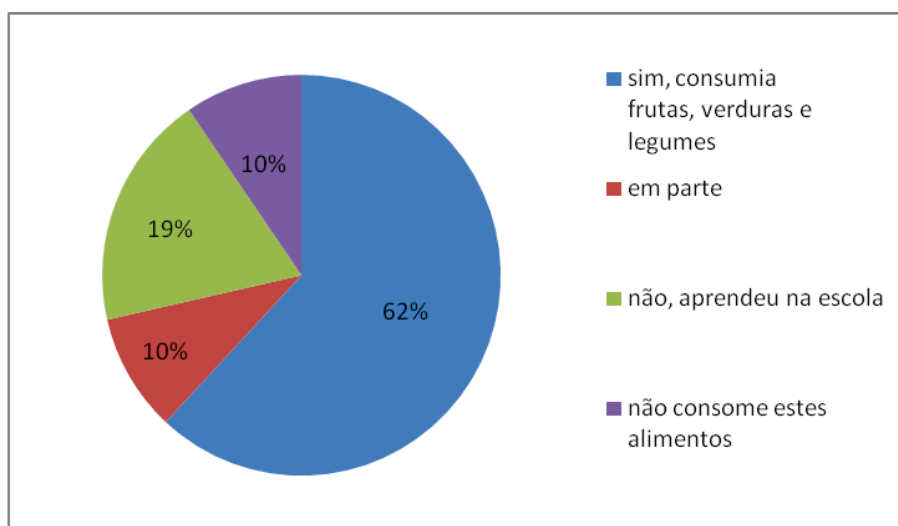


Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Metade dos informantes nunca prestou atenção sobre a qualidade dos alimentos ofertados pelo PAA à escola. O que a princípio parece ser uma displicência ou desinteresse com a merenda escolar, também pode ser entendido de forma positiva, se nunca prestaram atenção, é possível que nunca tenham tido problemas com a merenda ou pelo menos perceberam algum problema, certamente se esta fosse de má qualidade, haveria inúmeros comentários e seguramente os alunos reclamariam.

Mesmo porque, é bem mais fácil reclamar sobre o que está em desacordo do que elogiar o que está dando certo.

**Gráfico 8 – Em relação aos hábitos alimentares dos entrevistados.**

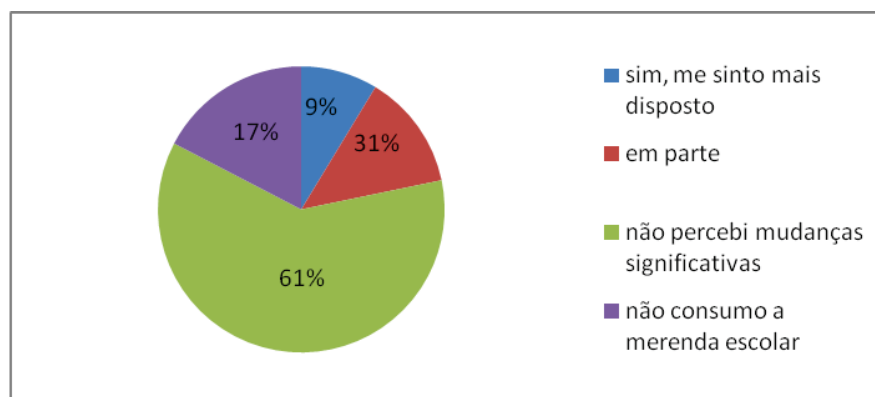


Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Os dados coletados neste item, quando confrontados com o relatório 2011 – 2012 do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, neste, aponta a região nordeste como a menor consumidora de frutas e verduras do Brasil, tendo sua alimentação básica, baseada no consumo de amido e carboidratos. No entanto, a pesquisa realizada aponta para o fato de que 62% dos alunos informantes, já consumiam frutas e verduras antes de começar a frequentar a escola.



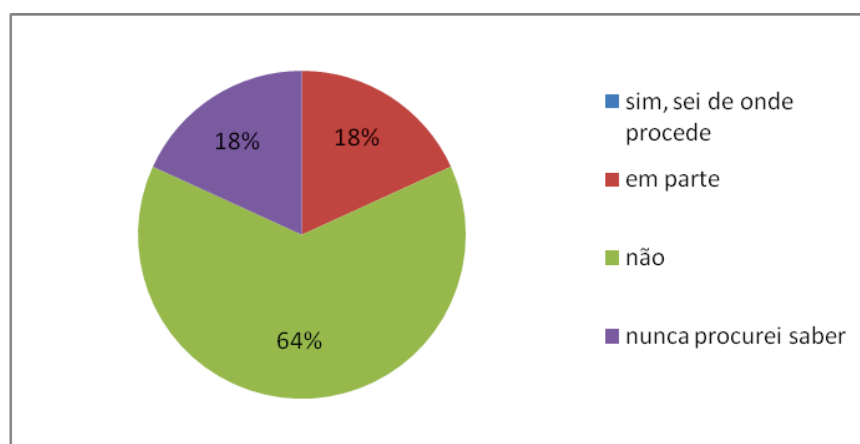
**Gráfico 9 – Opinião dos entrevistados em relação à melhora de sua saúde e disposição e sua relação direta e/ou indireta com a merenda escolar.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Um dado curioso em relação a este gráfico foi que apenas 9% dos alunos entrevistados sentiram alguma diferença em relação à melhora de sua saúde e disposição, relacionando diretamente à qualidade da merenda escolar ofertada na escola pesquisada. Outro dado interessante foi que apenas 17% dos entrevistados afirmam não consumir a merenda escolar, mas, sem dúvida alguma, o que mais impressionou foi o fato de que 61% dos participantes consumiam a merenda escolar com regularidade, mesmo não percebendo grandes mudanças.

**Gráfico 10 (4) – Em relação à procedência da merenda escolar**

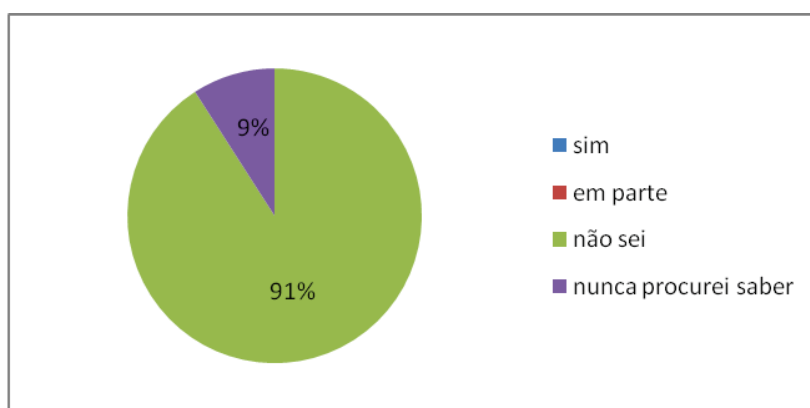


Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

Em relação à origem da merenda escolar, 82% dos entrevistados não sabiam sobre a procedência da merenda servida em sua escola e 18% nunca procuraram saber. O que não ficou claro na pesquisa foi se estes que não sabem, não possuem esta informação, porque não querem ou porque nunca ficou claro como funcionava o programa.

Por ser uma pesquisa dirigida, com respostas objetivas, não ficou claro este e outros aspectos, mas, a maior parte dos alunos ainda acredita que a merenda escolar “sai da prefeitura/estado e brota na mesa dos escolares”, quando na verdade sua aquisição e distribuição faz parte de um processo longo que nem sempre tem haver com o estado ou a prefeitura.

**Gráfico 11 (4) – Em relação ao conhecimento dos alunos sobre o significado da sigla e o que seria o PNAE propriamente dito.**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados (2013).

As informações a respeito do PNAE e sua aplicação na escola são totalmente desconhecidas para os entrevistados desta pesquisa. 91% simplesmente responderam não saber do que tratava a questão; 9% responderam que nunca procuraram saber, o que denota certa falta de interesse, bem como falta de divulgação e popularização do programa. O PNAE não tem sido considerado um programa popular se comparado aos moldes do Programa Bolsa Família. Embora, todas as escolas públicas brasileiras estejam cobertas pelo programa, seus beneficiários sequer sabem que o mesmo existe, por não terem este conhecimento, também não conseguem reivindicar melhorias e ampliação do mesmo. Como melhorar o que não se tem conhecimento que existe?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, pode-se dizer que apesar de árduo o trabalho, de certa forma também foi prazeroso. Encontrar estudantes entusiasmados e dispostos a participarem voluntariamente de uma pesquisa, e mais em se tratando do tema em questão, analisar a alimentação escolar.

A pesquisa nos mostrou que ao contrário do que a mídia tenta passar de que os jovens em idade escolar preferem salgadinhos, refrigerantes e lanches rápidos e, nem tocam na merenda escolar é mito. Os estudantes da Escola Liceu paraibano consomem sim a merenda escolar e o fazem porque gostam, não por uma necessidade vital. A pesquisa também apontou que há falhas na divulgação e apreensão do PNAE, uma vez que o mesmo é bastante impopular se comparado a outros programas governamentais como a Bolsa família, por exemplo.

O repasse realizado de apenas 0,30 centavos de real por aluno dos ensinos fundamental II e médio é uma prova do quanto à falta de conhecimento pode influenciar diretamente na qualidade dos serviços oferecidos. A merenda escolar, bem como outros benefícios oferecidos pelos governos, quer seja federal, estadual ou municipal, não surgem do nada, não brotam.

Alimentar 2.234 alunos com tão pouco dinheiro é uma matemática complicada de ser posta em prática. A pesquisa revelou também que para conseguir este feito, os gestores escolares têm poucas opções e se todos os alunos resolvessem consumir a merenda, certamente o dinheiro seria muito pouco, o que impossibilitaria a contínua distribuição das refeições.

Longe de um esgotamento do tema, pode-se afirmar que se buscou trazer à tona uma discussão inicial sobre um novo olhar em relação ao programa Nacional de Alimentação Escolar. É fato que esta pesquisa não foi capaz de trazer à tona todas as respostas pretendidas nos objetivos iniciais, a mesma não se esgota facilmente.

Pretendemos através desta pesquisa, abrir novas perspectivas de estudo sobre o referido tema e assim transformá-lo em objeto de análise de relevante dimensão, portanto, acreditamos que este estudo suscitará novas pesquisas por considerar o tema infinitamente discutível por sua ampla compreensão possibilitando muitas outras interpretações.

## REFERÊNCIAS

BELIK, Walter. CHAIM, Nuria Abrahão. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local Alimentação Escolar e Gestão Municipal.** Rev. Nutr., Campinas, 22(5):595-607, set./out., 2009.

BELIK W. **Políticas públicas, pobreza rural e segurança alimentar.** In: Pochmann M, Fagnani E. Série debates contemporâneos, economia social e do trabalho n. 1. São Paulo: LTr; 2007. p. 180-95.

BRASIL. **Banco Nacional de desenvolvimento Sustentável – BNDES – Pronaf.** Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/pronaf.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html). Acesso em: 27 abr de 2014.

BRASIL. **Boletim Ação Fome Zero – Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar. Ed. 2011 – 2012.** Brasília. DF. Disponível em: [http://acaofomezero.org.br/wp/wp-content/uploads/2013/09/BoletimDesempenho\\_Premio2012.pdf](http://acaofomezero.org.br/wp/wp-content/uploads/2013/09/BoletimDesempenho_Premio2012.pdf). Acesso em: 08 mai 2014.

BRASIL **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/>. Acesso em: 25 de Nov 2013.

BRASIL **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/>. Acesso em: 07 de Mai 2014.

BRASIL **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/>. Acesso em: 25 de Nov 2013.

BRASIL. **MINISTÉRIO EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Resolução FNDE/ CD/nº032 de 10 de agosto de 2006. Disponível em: [ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\\_2006/res032\\_10082006.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2006/res032_10082006.pdf). Acesso em jan de 2014.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Acesso em jan 2014. Disponível em: [http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=alimentacao\\_escolar.html#historico](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=alimentacao_escolar.html#historico).

BRASIL. **PODER LEGISLATIVO.** Lei nº 8913, de 12 jul de 1994. **Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. Diário Oficial da União.** 1994 13 jul; 132(1): 30.

CABRAL, Jacqueline Dias. OLIVEIRA, Ilma M<sup>a</sup>, de. LOPES, Elizabeth A. **Manual para elaboração de artigos científicos Unileste de acordo com as normas de documentação da ABNT / Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.** Sistema de Bibliotecas – 2012. 13f.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Gestão de Recursos Federais** – Manual para Agentes Públicos. Disponível em: <[http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha\\_CGU.pdf](http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha_CGU.pdf)>. Acesso em: 25 de Nov de 2013.

DANTAS SILVA, Kilson Rayff. COELHO DA SILVA, L.A. **Análise da Comercialização e do Impacto do PAA e Pnae na Condição de Vida das Famílias Agricultoras de Bananeiras, na Paraíba.** Disponível em: [http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/analise\\_da\\_comercializaaao\\_e\\_do\\_impacto\\_do\\_paa\\_e\\_pnae\\_na\\_condicao\\_de\\_vida\\_das\\_familias\\_agricultoras\\_de\\_bananeiras\\_na\\_paraiba](http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/analise_da_comercializaaao_e_do_impacto_do_paa_e_pnae_na_condicao_de_vida_das_familias_agricultoras_de_bananeiras_na_paraiba). Acesso em 05 mai de 2014.

FoodandAgricultureOrganization. **Alimentação para todos.** Roma: FAO; 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio.** Rio de Janeiro: IBGE; 2004.

PARAÍBA. **A gestão do Pnae na Paraíba e a Produção da Agricultura Familiar Paraibana Atendimento da Demanda Escolar. Notícia veiculada no site do Governo Estadual no dia 29 mar 2012.** Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/42563/producao-da-agricultura-familiar-paraibana-atende-demanda-do-pnae.html>. Acesso em 06 mai 2014.

PINHEIRO, A. C. Ferreira. **UMA ESCOLA PROPEDÊUTICA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: o Lyceu Parahybano (1836 a 1848).** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 117-126.

VASCONCELOS, Ângelo Rofran. ARAUJO, Alexandre. MEDEIROS, Giovani. **IN Produção da agricultura familiar paraibana atende demanda do Pnae.** Entrevista concedida ao portal do Governo do Estado da Paraíba em Quinta-feira, 29 de março de 2012 - 15h55. Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/42563/producao-da-agricultura-familiar-paraibana-atende-demanda-do-pnae.html>. Acesso em 06 mai 2014.



**APÊNDICE A**  
**Questionário para os Estudantes**

**Prezado (a),**

Gostaria de contar com sua colaboração na realização de uma pesquisa acadêmica respondendo este questionário que tem como objetivo analisar a qualidade da merenda escolar, bem como a frequência com que é consumida pelos alunos desta escola.

<b>1) INDIQUE SUA FAIXA ETÁRIA (IDADE APROXIMADA)</b>			
a) <input type="checkbox"/> De 12 a 13	b) <input type="checkbox"/> De 14 a 15	c) <input type="checkbox"/> De 16 a 17	d) <input type="checkbox"/> Acima de 18 anos
<b>2) HÁ QUANTO TEMPO É ALUNO DESTA ESCOLA?</b>			
a) <input type="checkbox"/> 1 ano	b) <input type="checkbox"/> de 2 a 3 anos	c) <input type="checkbox"/> de 4 a 5 anos	d) <input type="checkbox"/> mais de 6 anos
<b>3) QUANTAS VEZES POR SEMANA VOCÊ COSTUMA CONSUMIR A MERENDA ESCOLAR?</b>			
a) <input type="checkbox"/> Todos os dias	b) <input type="checkbox"/> De 3 a 4 vezes	c) <input type="checkbox"/> Ao menos uma vez	d) <input type="checkbox"/> nunca
<b>4) COMO VOCÊ AVALIA A QUALIDADE DA MERENDA DE SUA ESCOLA?</b>			
a) <input type="checkbox"/> excelente	b) <input type="checkbox"/> boa	c) <input type="checkbox"/> razoável	d) <input type="checkbox"/> péssima
<b>5) NA SUA ANTIGA ESCOLA COMO ERA AVALIADA A MERENDA ESCOLAR?</b>			
a) <input type="checkbox"/> excelente	b) <input type="checkbox"/> boa	c) <input type="checkbox"/> ruim	d) <input type="checkbox"/> nunca prestei atenção
<b>6) NA SUA ESCOLA SÃO SERVIDAS FRUTAS, VERDURAS, LEGUMINOSAS E OUTROS ALIMENTOS AINDA FRESCOS?</b>			
a) <input type="checkbox"/> Sim, todos	b) <input type="checkbox"/> Só as frutas	c) <input type="checkbox"/> Só as verduras e leguminosas	d) <input type="checkbox"/> nunca prestei atenção
<b>7) FRUTAS, VERDURAS E LEGUMINOSAS FAZIAM PARTE DO SEU CARDÁPIO ANTES DE INGRESSAR A ESTA ESCOLA?</b>			
a) <input type="checkbox"/> Sim	b) <input type="checkbox"/> Em parte	c) <input type="checkbox"/> Não, aprendi na escola	d) <input type="checkbox"/> não consumo estes alimentos
<b>8) ACREDITA QUE SUA SAÚDE E DISPOSIÇÃO MELHORARAM DEPOIS DE COMEÇOU A CONSUMIR A MERENDA ESCOLAR?</b>			
a) <input type="checkbox"/> sim, me sinto mais disposto	b) <input type="checkbox"/> em parte	c) <input type="checkbox"/> não percebi grandes mudanças	d) <input type="checkbox"/> não consumo a merenda escolar
<b>9) VOCÊ SABE DE ONDE VEM A MERENDA ESCOLAR?</b>			
a) <input type="checkbox"/> sim	b) <input type="checkbox"/> em parte	c) <input type="checkbox"/> não	d) <input type="checkbox"/> nunca procurei saber
<b>10) SABE O QUE É OU JÁ OUVIU FALAR DO PNAE?</b>			
a) <input type="checkbox"/> sim, é um programa para alimentação escolar	b) <input type="checkbox"/> em parte	c) <input type="checkbox"/> não	d) <input type="checkbox"/> nunca procurei saber



### Questionário do produtor/fornecedor.

O artigo I da lei 11 947 (lei que dispõe sobre a criação do PNAE) diz que: I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

Assim posto, responda:

1) Em sua opinião, com que intensidade esta lei tem sido cumprida em sua totalidade?			
a) ( ) muito	b) ( ) média	c) ( ) pouca	d) ( ) não sabe dizer
2) Em relação à preservação da cultura do local, você acha que o programa está respeitando essas regionalidades?			
a) ( ) Sim, muito	b) ( ) Sim, mas pouco	c) ( ) não	d) ( ) não sabe dizer
3) Na sua opinião, o programa tem contribuído com que intensidade para a formação de novos hábitos alimentares?			
a) ( ) muito	b) ( ) razoável	c) ( ) pouco	d) ( ) não sabe dizer
4) Os alimentos produzidos na sua comunidade utilizam agrotóxicos com que intensidade?			
e) ( ) muito	f) ( ) razoável	g) ( ) pouco	h) ( ) não sabe dizer
5) Qual a intensidade do impacto do programa na sua renda familiar?			
a) ( ) muito forte	b) ( ) significativo	c) ( ) pouco	d) ( ) não sabe dizer





## APÊNDICE C

### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

#### 1 – Identificação e Proposta:

Goretti, aluna do Curso: ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO, visa realizar estudo intitulado **Uma abordagem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Escola Liceu Paraibano**, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Nerize laurentino Ramos. Trata-se de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da especialização.

#### 2 – Objetivos e procedimentos:

O estudo tem como objetivo principal Analisar o tema, considerando a importância da implantação do PNAE na escola Liceu Paraibano.

Para a realização da pesquisa serão utilizados os seguintes procedimentos: aplicação de um questionário aos alunos. Entrevista com os professores (que se dispuserem), com o gestor, supervisor escolar e fornecedores do programa na escola.

#### 3 – Aspectos éticos:

Os professores, Direção e Coordenação da escola serão informados sobre os objetivos do estudo. Neste documento informamos Direção e Coordenação e solicitamos a autorização para realização do estudo. A participação dos professores será voluntária. Tal se concretizará, formalmente, mediante apresentação de Termo de Consentimento Esclarecido.

Data: 06 de dezembro de 2013.

---

Autorização da instituição (Direção ou Coordenação)

---

Maria Goretti Santos De Sousa (Pesquisadora)